

HIPÓTESE NURKSE-FURTADO E HIPÓTESE VEBLEN: UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA IMPORTAÇÃO DE BENS CONSPÍCUOS NO BRASIL ENTRE 2011 E 2020, A PARTIR DO MODELO VETOR AUTORREGRESSIVO (VAR)

*Nurkse-Furtado Hypothesis and Veblen Hypothesis: An analysis of Brazilian's
determinants of conspicuous goods imports from 2011 to 2020, using a Vector
Autoregressive Model (VAR)*

Rafael Barbieri Camatta*

Alexandre Ottoni Teatini Salles†

Edson Zambon Monte‡

Resumo

A literatura teórica sobre consumo conspícuo revela que esse comportamento pode gerar uma série de problemas de cunho econômico e social, principalmente para indivíduos de baixa renda e para países subdesenvolvidos. Apesar das diversas incursões teóricas sobre essa problemática ao longo dos últimos dois séculos e meio, constata-se que o tema não foi amplamente abordado quantitativamente na Ciência Econômica. Este artigo visa oferecer uma contribuição a este respeito, propondo: 1) construir uma série temporal para medir a variação do consumo conspícuo no Brasil no período 2011/2020, especificamente no que tange à importação de bens de luxo; e 2) investigar quais foram os determinantes dessa importação. Para a análise destes determinantes, foram testadas duas hipóteses: (i) a importação de luxo é determinada principalmente pela variação da renda nacional (hipótese Nurkse-Furtado); e, (ii) a importação dessa categoria de bens se mostra bastante inelástica a seu preço médio (hipótese Veblen). A partir do modelo VAR utilizado não foi possível rejeitar nenhuma das duas hipóteses. Foi ainda possível observar que a importação de luxo possui uma alta elasticidade renda.

Palavras-chave: Consumo conspícuo; Consumo de luxo; Efeito demonstração internacional; Mimetismo cultural das elites & Determinantes de importação.

Classificação JEL: B52; C32 & F14.

Abstract

The theoretical literature on conspicuous consumption reveals that this behavior can generate a series of economic and social problems, especially for low-income individuals and underdeveloped countries. Despite the various theoretical incursions into this subject over the last two and a half centuries, it can be seen that the topic has not been widely addressed quantitatively in economics. This article aims to contribute to this respect by proposing: 1) to construct a time series to measure the variation in conspicuous consumption in Brazil in the period 2011/2020, especially with regard to the import of luxury goods; and 2) to investigate the determinants of this trade. To analyze these determinants, two hypotheses were tested: (i) luxury imports are mainly determined by changes in national income (Nurkse-Furtado hypothesis); and (ii) imports of this category of goods are very inelastic to their average price (Veblen hypothesis). The VAR model used was unable to reject either hypothesis. It was also possible to observe that luxury imports have a high-income elasticity.

Keywords: Conspicuous consumption; Luxury consumption; International demonstration effect; Elites' cultural mimicry & Import determinants.

JEL code: B52; C32 & F14.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

† Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. PhD in Economics - University of Hertfordshire/UK.

‡ Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo.

1. Introdução

O conceito de consumo conspícuo - definido como o consumo voltado à demonstração de riqueza - foi originalmente apresentado por Thorstein Veblen (1899[2007]) na *Teoria da Classe Ociosa* (TCO), seu primeiro e mais proeminente livro. Segundo o autor, o consumo conspícuo tem raízes em hábitos predatórios arcaicos e na estigmatização do trabalho produtivo. Veblen afirma que, tão logo o aumento da capacidade produtiva atenua a luta pela subsistência, grande parte do excedente de trabalho e produção se volta às atividades demonstrativas. Nesse contexto, a busca por distinção social supera até mesmo a busca por conforto.

Além da abordagem institucionalista de Veblen, o consumo com o objetivo de demonstração pecuniária foi analisado por outras escolas do pensamento econômico, tais como a Economia Clássica, a Escola keynesiana, o Desenvolvimento Econômico Clássico, a Escola Estruturalista e Economia Posicional. Essa literatura mostra que o consumo conspícuo pode gerar uma série de problemas de cunho econômico e social, principalmente para indivíduos de baixa renda e para países subdesenvolvidos⁴ (Camatta 2023; Camatta & Salles, 2022, 2024).

Apesar das diversas análises sobre as causas e consequências do consumo conspícuo realizadas ao longo dos últimos dois séculos e meio, constata-se que esse tema não foi amplamente abordado quantitativamente. Uma possível explicação para esse fato pode ser atribuída à dificuldade de obtenção de dados abertos acerca da produção, comercialização e consumo de bens demonstrativos. Ressalta-se que esse não é um problema restrito às estatísticas brasileiras. Ao tratar sobre o aumento vertiginoso do consumo conspícuo nos Estados Unidos durante a década de 1990, Frank (1999, p.15) aponta: “*Unfortunately, no prepackaged government data chart the current spending boom. To get a feel for what is happening, we must compose a picture from assorted bits and pieces*”⁵.

⁴ É importante notar que a análise do consumo conspícuo abrange tanto aspectos microeconômicos quanto macroeconômicos (Todorova, 2013). O primeiro está relacionado à formação e transmissão de preferências do consumidor, enquanto o segundo se refere aos efeitos desse tipo de consumo sobre agregados macroeconômicos e sobre a estrutura institucional. Do ponto de vista do comportamento do consumidor (aspecto microeconômico), o consumo conspícuo pode ser investigado por dois prismas. O primeiro destaca a dimensão psicológica, que discute os hábitos de pensamento e as instituições que moldam a formação de preferências. O segundo salienta a dimensão material, que lida com quais bens são utilizados para demonstração pecuniária e como eles são consumidos.

⁵ Com relação especificamente ao mercado imobiliário, Frank (1999, p.21) aponta ainda que: “*Existing data categories conceal explosive growth in the construction of so-called trophy homes – mansions with more than 10,000 square feet of living space*”.

Assim, este artigo visa oferecer uma contribuição a este respeito, propondo: (i) construir uma série temporal de modo a medir a variação do consumo conspícuo nacional, especificamente no que tange à importação de bens de luxo para os anos de 2011 a 2020; e (ii) investigar quais foram os determinantes dessa importação a partir de um modelo vetor autorregressivo (VAR). Para a análise destes determinantes, foram testadas duas hipóteses: (i) a importação de bens de luxo possui alta elasticidade renda agregada (hipótese Nurkse-Furtado); e (ii) a importação de bens de luxo possui baixa elasticidade preço médio (hipótese Veblen). A partir do modelo utilizado não foi possível rejeitar nenhuma das duas hipóteses. Foi ainda possível observar que a importação de luxo possui uma elasticidade renda extremamente elevada.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para a literatura econômica de duas maneiras: propõe uma métrica para o consumo conspícuo importado no Brasil; e propõe um tratamento empírico acerca dos determinantes dessa importação. Com relação aos temas de pesquisa, o presente estudo busca contribuir para as literaturas da Economia Institucional Original, da Economia Posicional, do *Marketing* e de determinantes de importação no Brasil. A partir dos resultados obtidos, busca-se ainda suscitar a discussão a respeito de políticas públicas voltadas à tributação do consumo de luxo.

Para tanto, o artigo foi dividido em 6 seções além dessa introdução. A seção 2 apresenta a operacionalização do conceito de consumo conspícuo utilizada para a construção das séries, assim como o critério de seleção dos bens. A terceira apresenta a base de dados de importações, a construção das séries utilizadas no modelo e suas respectivas estatísticas descritivas. Em seguida, elabora-se uma breve revisão bibliográfica da literatura nacional de determinantes de importações no Brasil, explicitando as hipóteses a serem testadas no modelo. A seção 5 expõe a metodologia VAR utilizada para testar as hipóteses propostas. Em seguida, evidencia-se os resultados obtidos e discute-se suas implicações. Por fim, breves considerações finais encerram o artigo.

2. Consumo Conspícuo, consumo de bens de luxo e critério para seleção de bens

Um elemento de complexidade na definição de quais mercadorias e serviços podem ser considerados como “bens conspícuos” refere-se ao fato de que o mesmo bem pode ser consumido ao mesmo tempo por motivos individuais (devido as suas características intrínsecas) e por motivos interpessoais. Em seu artigo *All Consumption is Conspicuous* (2002,

p.54), Mayhew explicita a interrelação entre as motivações de consumo, assim como evidencia a centralidade da interpessoalidade nessas motivações:

All consumption is visible and made visible to mark the consumers as members of their group, to mark the status of each, and to inform outsiders that each is a member, not an outsider. Thus is all consumption conspicuous. Of course, people enjoy many traits inherent in the goods and services that they consume: the taste, sound, feel, smell, and use of goods are important. But non-functional and functional demands are all functional in establishing group identity; all demand is intersubjective⁶.

Esse aspecto discutido por Mayhew já pode ser encontrado na TCO (1899[2007]). Nela, Veblen afirma que mesmo os bens consumidos devido a sua utilidade intrínseca têm sua demanda influenciada por padrões estéticos e sociais. O autor aponta que essa extensão dos hábitos emulativos atinge inclusive bens de capital. Apesar da ubiquidade do comportamento demonstrativo, Veblen (1899[2007]) aponta que o consumo conspícuo é de tal modo intrincado nos hábitos de pensamento dos agentes que esses muitas vezes não o percebem como um comportamento interpessoal.

Além da interrelação entre motivações pessoais e interpessoais, outro ponto de complexidade no estudo do consumo se deve à impossibilidade de observação direta dessas motivações. Dessa forma, qualquer estudo quantitativo nessa área só pode ser efetuado a partir de uma *proxy*. No caso do consumo conspícuo, pode-se recorrer ao *consumo de bens de luxo*. Esses podem ser definidos de diversas formas. Na definição clássica ilustrada nas curvas de Engel, bens de luxo são bens cuja elasticidade renda é maior que 1. Na literatura de *Marketing* é comum que o bem seja considerado de luxo caso possua características tais como: alto preço, capacidade de prover distinção social, escassez, exclusividade e não homogeneidade. Ainda nesse quesito, Frank (1999, p.18) aponta que algumas associações de varejo definem bens de luxo como aqueles bens que ultrapassam um valor máximo pré-estabelecido. Defende-se neste artigo que, independentemente da definição adotada, bens de luxo possuem características que permitem aos seus consumidores demonstrarem sua capacidade financeira e, portanto, seu consumo pode servir como *proxy* para o consumo conspícuo.

Existe uma forte concordância entre a literatura de Economia Posicional⁷ e de *Marketing* para o setor de luxo brasileiro⁸ acerca de quais bens podem ser considerados como

⁶ Mayhew (2002) se refere as demandas funcional e não-funcional de Leibenstein (1950). Para essa discussão ver Camatta (2023) e Salles e Camatta (2020).

⁷ Frank (1985, 1999); Solnick e Hemenway (1998, 2005); Alpizar *et al.* (2005); Carlsson *et al.* (2007); Heffetz (2011); e Aronsson e Johansson-Stenman (2015), entre outros.

⁸ Strehlau (2009); Carvalho e Mesquita (2009); Diniz (2012); Diniz *et al.* (2014), Hoffman (2014), Filgueiras *et al.* (2017), entre outros.

bens de luxo. Assim, a seleção de cada uma das 295 categorias de bens que compõe a série temporal construída no presente trabalho – descrita na seção seguinte – foi feita com base em ambas as áreas de conhecimento⁹.

3. Mensuração da importação de bens de luxo

De modo a construir uma medida do consumo de luxo importado no Brasil para o período entre 2011 e 2020, foram utilizados os dados de importação obtidos no Portal de Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil (COMEX STAT), vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O portal oferece dados de periodicidade mensal baseados na autodeclaração prestada por importadores ao Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEX). A utilização dessa base se deve primordialmente ao nível de desagregação no qual os bens importados são classificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

A tabela NCM vigente em 2021¹⁰ conta com 21 seções, 97 capítulos e mais de 10.000 códigos numéricos, cada qual relativo a um tipo específico de bem. Essa classificação tem como base metodológica o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias – ou Sistema Harmonizado (SH) – elaborado pela Organização Mundial de Alfândegas (OMA). A NCM é adotada nas operações de comércio exterior de todos os países do Mercosul. Particularmente no Brasil, a NCM também é utilizada na discriminação de alíquotas de toda a estrutura tributária sobre bens.

A classificação é efetuada progressivamente de acordo com o “grau de participação humana na produção das mercadorias” (SISCOMEX, 2023). Deste modo, os primeiros códigos se referem a animais vivos e os últimos são relativos a obras de arte. Cada código possui 8 dígitos, sendo os 6 primeiros relativos à classificação internacional do SH e os dois últimos definidos pelo Mercosul (o penúltimo dígito indica o item e o último o subitem).

A série construída busca capturar parcialmente a variação do consumo de luxo no Brasil, no período de análise. Em outras palavras, não se pretende mensurar a quantidade absoluta desse tipo de consumo para o período de análise, dado que o consumo advindo da produção nacional de luxo não é considerado. Outra limitação se deve ao fato de que os

⁹ Como justificativa à utilização da literatura de *Marketing*, baseia-se em Hodgson (1998, p.174): “*However, alternative theories of consumer behavior have flowered in other disciplines, such as marketing (Roger Mason 1995). Some of this research has a strong institutionalist flavor, in part because it brings together insights from psychology and other social sciences.*”

¹⁰ No presente trabalho foi utilizada a tabela NCM vigente em julho de 2021. Os dados de importação foram obtidos no mesmo período.

dados da COMEX STAT não incluem os valores importados pessoalmente em viagens internacionais (bagagens). Ressalta-se ainda que, à exceção de metais e pedras preciosas destinados à fabricação joalheira nacional, somente foi considerada a importação de bens finais.

Os dados advindos das estatísticas de comércio exterior são amplamente utilizados na literatura empírica sobre importações e exportações brasileiras. Conforme apontam Kawamoto, Santana e Fonseca (2013), essa literatura utiliza dados relativos tanto a valores quanto a quantidades importadas (*quantum*). No presente trabalho optou-se pela utilização das importações em valores FOB (*freight on board*), que compreendem o valor em US\$ da mercadoria no embarque excluindo-se valores de frete e seguro.

3.1 Séries de importação de bens de luxo por categoria

O banco de dados relativo às importações entre janeiro de 2011 e dezembro de 2020 apresenta um total de 18.533.347 observações, filtradas em 3 classes gerais de bens. Essas foram classificadas progressivamente de acordo com a durabilidade dos bens: categorias relativas à perfumaria e moda (acessórios pessoais, vestuário e calçados) (CC1); categorias relativas a automóveis, aeronaves e embarcações (CC2); e categorias relativas à joalheria e relojoaria (CC3). Conforme dito anteriormente, a seleção de cada uma das 295 categorias teve como base a literatura acerca de Economia Posicional e *Marketing* (para o segmento de luxo no contexto brasileiro).

Devido as categorias NCM incluídas na classe 1 (CC1)¹¹ englobarem tanto bens comuns como bens de luxo relativos à perfumaria e moda, foi necessária uma segunda filtragem dos dados por origem. Para tanto, buscou-se identificar os países de origem dos principais grupos empresariais de luxo nesses setores a partir do índice anual *Global Power of Luxury Goods Top 100* publicado no relatório *Global Powers of Luxury Goods* da consultoria Deloitte Touche Tohmatsu Limited. Dessa forma, foi construído um banco de dados dos grupos empresariais que aparecem pelo menos uma vez nos índices de 2015 a 2021. Os resultados estão dispostos na Tabela 1 abaixo.

¹¹ As categorias NCM incluídas na classe 1 (CC1) estão disponíveis em Camatta (2023, apêndice A).

Tabela 1 - Quantidade de Grandes Grupos Empresariais de Luxo para os Setores de Cosméticos, Perfumaria e Moda por países

País	Número de Grupos
Itália	35
EUA	17
França	13
Reino Unido	13
Alemanha	7
Japão	4
Espanha	4
China/ Hong Kong	3
Suíça	2
Áustria	1
Bélgica	1
Brasil	1
Canadá	1
Índia	1
Luxemburgo	1
Coreia do Sul	1
Suécia	1

Fonte: Elaboração própria baseado em Deloitte (2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021).

Assim, as importações da série CC1 foram filtradas pela origem a partir dos países dispostos na tabela 1. Devido à forte presença de bens comuns na pauta das importações advindas da China e da Índia, as importações desses países foram excluídas da categoria CC1. Dada a importância do país de origem do bem para o consumidor de luxo, pode-se afirmar que os bens advindos desses grupos geralmente têm de fato procedência nos países indicados.

Para a classe relativa aos veículos (CC2 – Tabela 2), foram selecionadas categorias que incluam automóveis de alta potência (acima de 3000 cilindradas) com número reduzido de passageiros (até 6 pessoas). No que se refere a motocicletas, somente foram incluídas importações para modelos de alta potência (acima de 800 cilindradas). Com relação ao transporte aéreo, foram incluídas categorias relativas à helicópteros de pequeno e médio porte (abaixo de 3.5 toneladas) e aviões a jato de pequeno porte (abaixo de 7 toneladas). Por fim, para veículos marítimos, foram incluídas categorias relativas às embarcações recreativas e esportivas, a vela ou a motor interno¹². De modo geral, a seleção para as categorias referentes à classe 2 (CC2) foi efetuada de modo a excluir modelos de veículos, embarcações, helicópteros e aeronaves voltados ao transporte de carga e/ou grande número de passageiros.

¹² Foram excluídas as embarcações com motor fora de borda pois essas possuem, em sua maioria, valores muito inferiores às embarcações recreativas de motor interno (tais como iates e motos aquáticas).

Tabela 2 - Subcategorias de Bens relativas aos tipos de Veículos (CC2)

Código NCM	Subcategoria de Bens
87032410	Automóveis com motor de explosão, cm3 > 3000, até 6 passageiros
87033310	Automóveis com motor à diesel, cm3 > 2500, até 6 passageiros
87115000	Motocicletas, etc, com motor a pistão alternativo, cilindrada > 800 cm3
88021100	Helicópteros, de peso não superior a 2.000 kg, vazios
88021210	Helicópteros, de peso inferior ou igual a 3.500 kg
88023031	Aviões e outros veículos aéreos, a turbojato, de peso inferior ou igual a 7.000 kg, vazios
89039100	Barcos (recreativos) a vela, mesmo com motor auxiliar
89039200	Barcos (recreativos) a motor, exceto com motor fora-de-borda
89039900	Outros barcos/embarcações de recreio/esporte, inclusive canoas

Fonte: Elaboração própria. Nota: os códigos NCM são relativos à tabela NCM vigente em julho de 2021.

Com relação à classe 3 (CC3 - Tabela 3), além dos bens finais relativos à ourivesaria e à relojoaria foram incluídos bens intermediários utilizados na fabricação joalheira tais como pedras preciosas e ouro (para uso não monetário). Devido ao alto valor e finalidade, foram também incluídos produtos que contam com diamantes sintéticos. Não foram incluídos produtos que contam com pedras semipreciosas, folheados a metais preciosos e bens intermediários utilizado na produção joalheira tais quais pó de ouro, de prata, de diamante e de outras pedras preciosas. Em função de seu amplo uso industrial, também não foram incluídas as importações de prata. Em razão das características das categorias NCM selecionadas para as classes 2 (CC2 - Tabela 2) e 3 (CC3 - Tabela 3) não foram realizados procedimento adicionais de filtragem para evitar a contabilização de bens normais.

Tabela 3 - Subcategorias de Bens relativas à Ourivesaria e à Relojoaria (CC3)

Código NCM	Subcategoria de Bens
71011000	Pérolas naturais, não montadas, nem engastadas
71012100	Pérolas cultivadas, em bruto, não montadas, nem engastadas
71012200	Pérolas cultivadas, trabalhadas, não montadas, não engastadas
71021000	Diamantes, mesmo trabalhados, mas não montados nem engastados, não selecionados
71023100	Diamantes não industriais, em bruto ou simplesmente serrados, clivados ou desbastados
71023900	Outros diamantes não industriais, não montados, não engastados
71039100	Rubis, safiras e esmeraldas, trabalhadas de outro modo
71042010	Diamantes sintéticos/reconstituídos, em bruto ou simplesmente serradas ou desbastadas
71081200	Ouro em outras formas brutas, para uso não monetário
71081210	Bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas, para uso não monetário
71081290	Ouro em outras formas brutas, para uso não monetário
71081310	Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça
71081311	Ouro em barras, fios, etc, de bulhão dourado, para uso não monetário
71081319	Outras barras, fios, etc, de ouro, para uso não monetário
71081390	Ouro em outras formas semimanufaturadas, bulhão dourado, uso não monetário
71081391	Ouro em outras formas semimanufaturadas, bulhão dourado, uso não monetário
71081399	Ouro em outra forma semimanufaturada, para uso não monetário
71131100	Artefatos de joalheria, de prata, mesmo revestida, folheada ou chapeada de outros metais preciosos (plaquê)
71131900	Artefatos de joalheria, de outros metais preciosos, mesmo revestidos, folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)
71141100	Artefatos de ourivesaria, de prata, mesmo revestida, folheada ou chapeada de outros metais preciosos (plaquê)
71141900	Artefatos de ourivesaria, de outros metais preciosos, mesmo revestidos, folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)
71142000	Artefatos de ourivesaria, de metais comuns folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)
71159000	Outras obras de metais preciosos, metais folheados/chapeados preciosos
71161000	Obras de pérolas naturais ou cultivadas
91011100	Relógios de pulso, com caixa de metais preciosos, funcionando eletricamente, mesmo com contador de tempo incorporado, de mostrador exclusivamente mecânico
91011200	Relógio de pulso, caixa de metal precioso, funcionamento elétrico, mostrador optoeletrônico
91011900	Outros relógios de pulso, com caixa de metais preciosos, funcionando eletricamente, mesmo com contador de tempo incorporado
91012100	Outros relógios de pulso, mesmo com contador de tempo incorporado, com caixa de metal precioso, de corda automática
91012900	Outros relógios de pulso, mesmo com contador de tempo incorporado, com caixa de metal precioso
91019100	Relógio de bolso e semelhantes, com caixa de metal precioso, etc, funcionando eletricamente
91019900	Outros relógios de bolso, semelhantes, caixa de metal precioso, etc.
71162090	Outras obras de pedras preciosas

Fonte: Elaboração própria. Nota: os códigos NCM são relativos à tabela NCM vigente em julho de 2021.

Os dados de todas as séries foram posteriormente agregados mensalmente por classe, compondo 3 séries temporais, cada qual com 120 observações. As séries foram deflacionadas pelo *Consumer Price Index for All Urban Consumers* (CPI-U) calculado pelo *US Bureau of Labor Statistics*. O deflator possui base na média mensal dos anos de 1982 a 1984. Em seguida, os

valores foram transformados para a ordem de milhão de US\$. As 3 séries foram agregadas novamente de modo a construir uma medida única para as 3 classes (CC)¹³.

Ressalta-se que, à exceção das importações de matérias primas para joalheria, que indicam a dinâmica da indústria nacional desse setor, as séries representam exclusivamente o consumo de bens de luxo importados. Dessa forma, uma série de setores de bens e serviços conspícuos importantes no mercado nacional foram completamente abstraídos. Entre esses destacam-se: imobiliário (residência principal, de férias e escritórios); de turismo (diárias em hotéis e passagens aéreas de primeira classe); de gastronomia; de bebidas¹⁴; de tabaco; de cirurgias cosméticas; de educação; moveleiro; de clubes; de eventos; e de armamentos esportivos¹⁵.

Outro ponto importante do consumo conspícuo não capturado pelas séries construídas refere-se ao que Veblen denominou de *consumo vicário* (1899[2007]). Esse refere-se à utilização de trabalho alheio (serviços) para fins demonstrativos¹⁶. É o caso de, por exemplo, residências e embarcações de grande porte, cuja fruição por seu proprietário só é possível mediante a utilização intensiva de mão de obra de terceiros. Da mesma forma, as séries não capturam os serviços de manutenção desses bens.

3.2 Demais séries de interesse

Nesta subseção serão apresentadas as demais variáveis utilizadas no modelo, quais sejam: renda, câmbio e preço médio dos bens de luxo importados.

3.2.1 Produto Interno Bruto

Como medida da atividade econômica nacional foi utilizada a série de Monitor do PIB-FGV. Essa escolha se deve primordialmente devido a sua frequência mensal, dado que as séries tradicionais referentes a atividade econômica do IBGE são de frequência trimestral. A série foi deflacionada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - calculado pelo IBGE – e, posteriormente, foi dessazonalizada pela rotina X-13 ARIMA.

¹³ A construção das séries por categoria (CC1, CC2 e CC3) serve à análise preliminar de sazonalidade e autocorrelação. Ambas serão apresentadas a seguir.

¹⁴ Apesar da disponibilidade dos dados, não foi possível desenvolver um filtro que capturasse apenas a importação de bebidas de alto valor.

¹⁵ Não foi possível desenvolver um filtro para armamentos capaz de segregar a importação para uso esportivo das importações destinadas às forças de segurança (públicas e privadas).

¹⁶ Esse ponto também é discutido por Harrod (1958) e Hirsch (1977[2005]).

3.2.2 Câmbio real efetivo para importações

Como medida da taxa de câmbio, foi utilizada a série *taxa de câmbio - efetiva real – índice de preços ao produtor amplo – disponibilidade interna – importações* (IPA-DI), do IPEA-DATA. Nessa, o efeito inflacionário é corrigido a partir do diferencial entre as taxas de inflação nacional (calculada pelo índice IPA-DI) e a taxa de inflação estrangeira (calculada a partir dos índices de preços ao produtor de 23 parceiros comerciais selecionados). A referida série tem periodicidade mensal com base na média das observações do ano de 2010.

3.2.3 Preço médio dos bens conspícuos importados

Dado que inexitem índices de preços oficiais voltados à variação de preços de bens de luxo, foi necessária a construção de uma série de preço médio dos bens que compõe a série CC. Essa foi calculada através da razão entre o valor (em US\$ FOB) e a quantidade (em quilogramas líquidos) importados. A construção da variável preço médio segue a proposta de Capitani, Miranda e Martines Filho (2011) e Poerschke e Moraes (2014), com base no texto clássico de Economia Internacional Quantitativa de Leamer e Stern (1970). Portanto, o preço médio dos bens importados no mês i , é dado por:

$$CCPM_i = \frac{CCV_i}{CCQ_i} \quad (1)$$

Onde CCV_i representa o valor em US\$ FOB (deflacionados pelo CPI-U) das importações no mês i ; e CCQ_i apresenta a quantidade em KG das importações no mês i . Assim como os dados da importação em US\$ FOB, as quantidades importadas também foram obtidas no COMEX STAT. A tabela 4 apresenta um resumo das variáveis.

Tabela 4 - Variáveis, unidades, siglas e fontes

Variável	Unidade	Sigla	Fonte
Importações de bens de luxo – valores deflacionados	Milhões de US\$ FOB de 1982-1984 (média mensal)	CC	Elaboração própria com base nos dados da COMEX-STAT
Taxa de câmbio - efetiva real – índice de preços ao produtor amplo – disponibilidade interna – importações	Índice	CAM	IPEADATA
Preço médio mensal dos bens de luxo importados	US\$ FOB de 1982-1984 (média mensal) por KG	CCPM	Elaboração própria com base nos dados da COMEX-STAT
Produto Interno Bruto real dessazonalizado	Milhões de R\$ de 1997	PIB	FGV-IBRE

Fonte: Elaboração Própria

Nota: FOB - Freight on board.

3.3 Análise Descritiva e Gráfica

Dentre os fatos históricos relevantes ocorridos no período de 2011 a 2020, pode-se destacar: (i) o final do superciclo das commodities (ocorrido entre 2000 e 2014), induzido pelo milagre do crescimento econômico chinês; (ii) a crise brasileira de 2014 a 2016; e (iii) a crise econômica advinda do contexto pandêmico da COVID-19. A tabela 5 e o gráfico 1 apresentam, respectivamente, as estatísticas descritivas e a evolução histórica das séries em nível para o período de análise.

Na análise gráfica, nota-se dois comportamentos distintos na importação de luxo: (i) queda entre 2011 e 2015, com aceleração do decrescimento no último ano; e (ii) ligeira alta entre 2016 e 2021, com reversão acentuada em 2020. Observa-se também uma maior oscilação dessas importações entre os anos de 2011 e 2015, em comparação com o período entre 2016 e 2021. A série se comporta de maneira contraintuitiva durante o fim do superciclo das commodities, dado que entre 2009 e 2014 houve a expansão anual média do PIB na ordem de 4.1%. Por outro lado, a mesma decresce (conforme o esperado) diante das conjunturas da crise brasileira de 2014 (redução média de 3% do PIB ao trimestre entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016) e da pandemia de COVID-19 (primeiro trimestre de 2020)¹⁷.

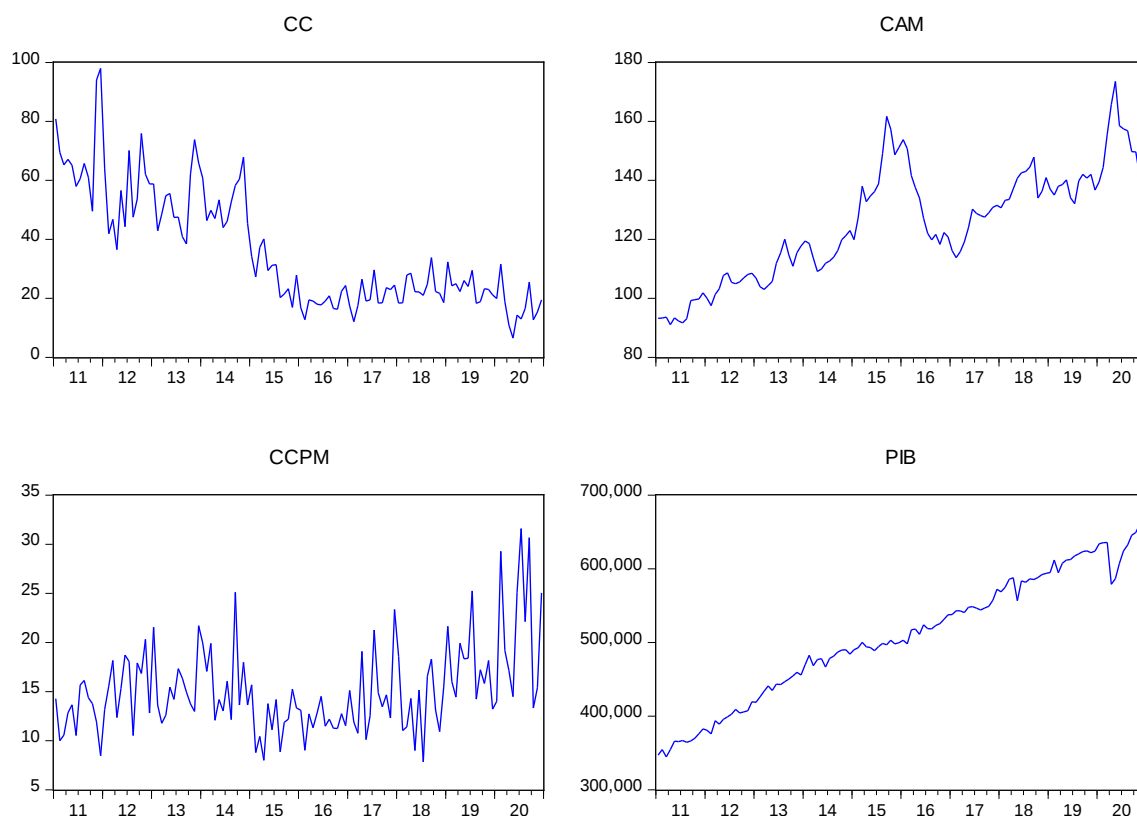
Tabela 5 - Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Obs,	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Máximo	Mínimo
CC	120	36,23108	28,15726	19,91905	97,96582	6,515216
CCPM	120	15,17183	14,21006	4,521322	31,59284	7,83596
CAM	120	125,231	125,5275	18,87979	173,5922	91,0508
PIB	120	507118,8	501417,3	85812,23	668037,8	344662,7
IMPg	120	6846,557	6853,959	1479,935	9921,257	4225,506

Fonte: Elaboração Própria.

¹⁷ Os dados relativos aos ciclos da economia brasileira são baseados no relatório do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (FGV/ IBRE – CODACE, 2023) da FGV- IBRE.

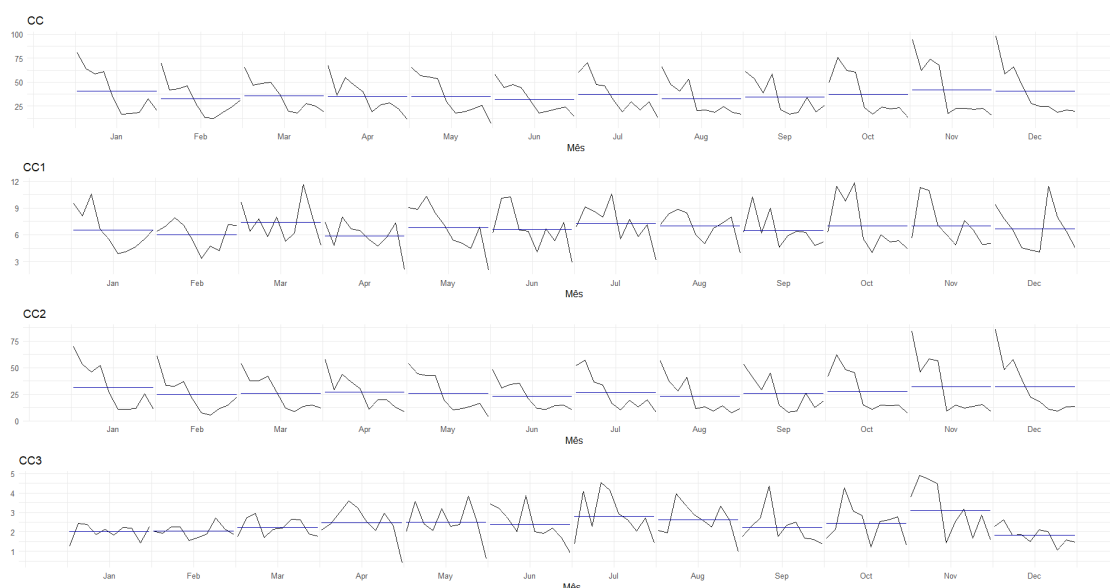
Gráfico 1 – Evolução das variáveis (em nível) no período de jan/2011 a dez/2020



Fonte: Elaboração própria

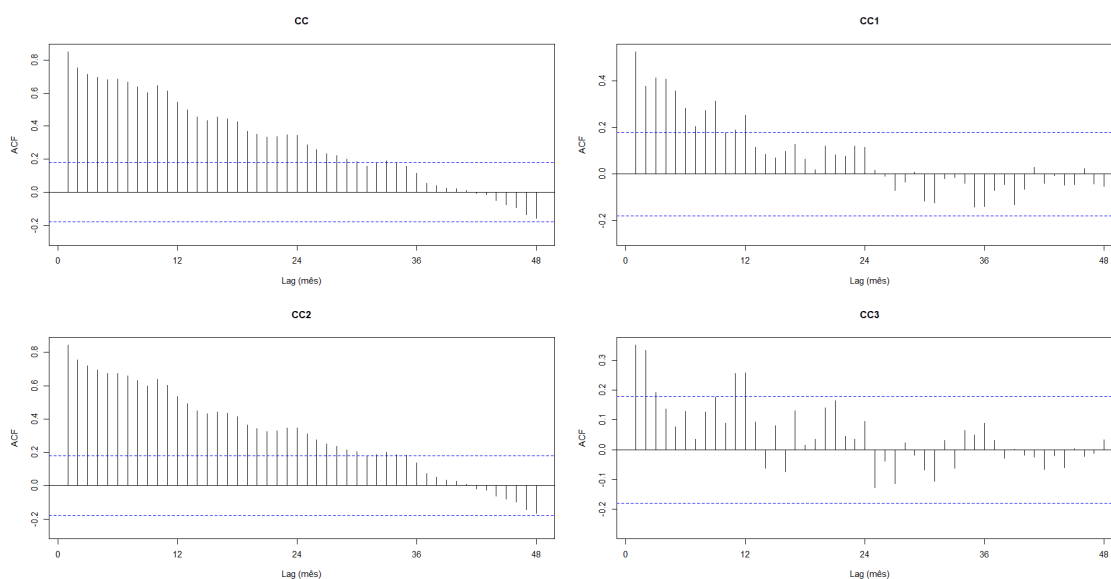
Conforme o esperado, as importações de luxo respondem de maneira inversamente proporcional ao câmbio durante o período entre 2011 e 2016 e em 2020. Entretanto, as séries se comportam aparentemente de maneira diretamente proporcional entre 2017 e 2019. Com relação às séries CC e CCPM, é ilustrativo dividir a análise em 3 períodos. No primeiro, entre 2011 e o último trimestre de 2014, nota-se um comportamento inversamente proporcional, no qual as importações de luxo caem diante do aumento do preço médio dessas. O segundo período equivale ao final de 2014 e o início de 2015, quando ambas sofrem reduções expressivas. Entre 2015 e a crise pandêmica, ambas assumem um comportamento diretamente proporcional.

Gráfico 2 - Subséries Sazonais Consumo Conspícuo Importado por Categoria



Fonte: elaboração própria. Nota: variáveis em milhão de US\$ de 1982-84.

Gráfico 3 – Funções de Autocorrelação das Séries de Consumo Conspícuo Importado por Categoria



Fonte: elaboração própria

O gráfico 2 apresenta a decomposição das 4 séries de consumo conspícuo importado (CC, CC1, CC2, CC3) em subséries sazonais. Nota-se que não há qualquer evidência de comportamento sazonal no consumo de luxo importado. A análise das funções de autocorrelação (FAC) dessas mesmas séries (apresentada no gráfico 3), corrobora essa análise.

4. Determinantes de importações no Brasil e hipóteses

Dado que a série construída no âmbito da presente pesquisa é constituída exclusivamente por dados de importação, recorreu-se à literatura econômica nacional acerca dos determinantes das importações para o desenvolvimento do modelo econométrico. Com relação à metodologia, essa literatura abrange a utilização dos seguintes modelos: método de estimação em dois estágios (2SLS)¹⁸; método generalizado de momentos (GMM) (Skiendziel, 2008); dados em painel (Kawamoto *et al.*, 2013); e vetor autorregressivo (VAR) com mecanismos de correção de erros (modelo vetorial de correção de erros - VECM)¹⁹.

Com relação ao escopo, a literatura de determinantes da importação aborda tanto dados agregados (importação total ou por setor econômico)²⁰, quanto mercados específicos, tais quais: arroz (Capitani *et al.*, 2011; Poerschke & Moraes, 2014); laticínios (Santos & Barros, 2006); cebola (Osaki, 2003); bens de consumo finais (Texeira, Missio, & Dathein, 2023); bens intermediários²¹; bens de capital²²; e bens farmacêuticos (Santos, Tejada, & Jacinto, 2017).

De maneira geral, esses estudos apontam para um papel importante exercido pela atividade econômica, pela taxa de câmbio, pelo preço (em moeda estrangeira) dos importados e pelas tarifas aduaneiras. Em grande medida, pesquisas nessa área objetivam estimar as elasticidades das importações com relação à cada uma dessas variáveis²³. Esses estudos permitem a elaboração de projeções e podem servir para embasar a política econômica voltada ao comércio internacional (Kawamoto *et al.*, 2013). Com base nessa literatura, o presente trabalho busca testar as seguintes hipóteses de interesse (tabela 6):

¹⁸ Zini Jr. (1988), Osaki (2003) e Santos e Barros (2006).

¹⁹ Portugal (1992), Resende (1997a; 1997b; 2001), Moraes e Portugal (2005), Capitani *et al.* (2011), Poerschke e Moraes (2014), Santos *et al.* (2017) e Texeira, Missio e Dathein (2023).

²⁰ Zini Jr., (1988), Portugal (1992), Resende (1997a; 1997b; 2001), Castro e Cavalcanti (1998), Carvalho e Parente (1999), Skiendziel (2008), Schettini *et al.* (2011).

²¹ Portugal (1992), Resende (1997a; 1997b; 2001), Kawamoto *et al.* (2013) e Texeira, Missio e Dathein (2023).

²² Portugal (1992), Resende (1997a; 1997b; 2001) e Texeira, Missio e Dathein (2023).

²³ Destaca-se na literatura de determinantes das importações o trabalho de Texeira, Missio e Dathein (2023), que apresenta um exame sobre a evolução das elasticidades renda da demanda por importações brasileiras – para bens de capital, intermediários e finais (duráveis e não duráveis) – no contexto do *boom* das commodities.

Tabela 6 - Hipóteses

Hipótese (1) Nurkse/Furtado	A importação de bens de luxo possui alta elasticidade renda agregada.
Hipótese (2) Veblen	A importação de bens de luxo possui baixa elasticidade preço médio.

Fonte: elaboração própria.

A primeira hipótese é baseada nos trabalhos de Nurkse (1952, 1953) e Furtado (1971, 1974, 1991). Nurkse atesta que, assim como agentes da mesma região tendem a copiar o padrão de consumo das classes de maior renda, o mesmo ocorre entre regiões e entre países. Com base no conceito de *efeito demonstração* apresentado por James Duesenberry (1949[1952]), Nurkse denomina esse comportamento de *efeito demonstração internacional*. Segundo o autor esse comportamento engendra uma série de efeitos danosos nos países subdesenvolvidos, tais como: pressão na balança de pagamentos e no câmbio; diminuição da propensão a poupar e, consequentemente, redução do investimento. Nurkse afirma ainda que esse efeito é potencializado em períodos de crescimento econômico²⁴.

Em consonância com Nurkse, Furtado afirma que “o capitalismo periférico engendra o *mimetismo cultural* e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêtricos” (Furtado, 1974, p. 45, grifo nosso)²⁵. O autor aponta que países com alta concentração de renda e de consumo, tendem a sofrer com restrições crônicas na demanda agregada e, consequentemente, tendem a ter um crescimento econômico insuficiente. Essa armadilha do subdesenvolvimento só seria superada através de um “um esforço deliberado, visando alterar o *efeito demonstração* (corrigir o perfil da demanda moderando certas formas de consumo) e elevar a poupança” (Furtado, 1991, p. 153, grifo nosso).

A segunda hipótese se baseia na proposta de Veblen (1899[2007]) acerca do componente habitual do consumo. A partir da lógica apresentada pelo autor, apesar de o alto valor ser um componente essencial para o consumo conspícuo e para a emulação, os consumidores que buscam demonstrar poder pecuniário não são significativamente afetados pela variação de preços dos bens voltados à demonstração. Em outras palavras, dada a existência de renda ou crédito, o consumidor de bens demonstrativos mantém seu nível

²⁴ Sobre o *efeito demonstração* e o *efeito demonstração internacional* ver Camatta (2023) e Camatta e Salles (2024).

²⁵ Dessa forma, o *mimetismo cultural* engendra um processo de *modernização sem desenvolvimento* (Furtado, 1974, p. 97). Sobre o *mimetismo cultural* das elites em Furtado, ver Camatta (2023) e Camatta e Salles (2024).

habitual de consumo conspícuo, independentemente da variação no preço dos bens demonstrativos consumidos.

Conforme apontam Kawamoto *et al.* (2013), a literatura empírica acerca das importações mostra que as elasticidades de renda, câmbio e preço variam de acordo com: os modelos econométricos utilizados; com a especificação desses modelos; com o tratamento dos dados; com o período de análise; e com a escolha de quais variáveis serão utilizadas como *proxies* para renda e preço. Os autores constataam que essa indefinição acerca dos determinantes de importação justifica novas propostas de investigação acerca do tema. Dessa forma, o presente artigo busca contribuir para a literatura de determinantes de importação brasileiras ao abordar especificamente a importação de bens de luxo.

5. Metodologia do modelo econométrico

O modelo proposto busca estimar parâmetros capazes de captar as elasticidades da importação de bens de luxo no Brasil com relação à atividade econômica, à taxa de câmbio real e ao preço médio desses produtos. Dessa maneira, justifica-se a utilização de uma forma funcional *log-log* (utilizando-se logaritmos naturais), na qual todas as variações são dadas em percentual. Para tanto, foi utilizada a metodologia Vetor Autorregressivo (VAR). A análise é complementada pelo teste de bloco-causalidade de Granger, que examina se as defasagens de uma variável ajudam a prever o comportamento das demais variáveis no modelo. Essa se mostra importante como um experimento de robustez, dado que pode corroborar a utilização das variáveis escolhidas para o modelo VAR (Bueno, 2011).

A utilização da metodologia VAR se justifica ainda devido à: (i) endogeneidade entre as variáveis de interesse (importações, atividade econômica e câmbio); e (ii) necessidade de uma metodologia capaz de identificar e capturar os efeitos autorregressivos e cruzados entre as defasagens das variáveis incluídas – em outras palavras, a dinâmica de curto prazo. Ressalta-se ainda que a metodologia VAR possui mecanismos para a identificação do número ótimo de defasagens, e, dessa forma, apresenta um mecanismo alternativo à inclusão arbitrária de *lags*.

O modelo VAR apresenta uma equação para cada uma das variáveis em função de suas próprias defasagens e das defasagens das demais. De maneira geral, o modelo pode ser interpretado como uma versão multivariada dos modelos autorregressivos (AR). Pode-se expressar um modelo VAR de ordem p em função de um vetor com n variáveis endógenas, X_t , sendo que estas se conectam por meio de uma matriz A , da seguinte forma:

$$AX_t = B_0 + \sum_{i=1}^p B_i X_{t-i} + B \varepsilon_t, \quad (2)$$

Em que A é uma matriz $n \times n$ que define as restrições contemporâneas entre as variáveis que constituem o vetor X_t , de dimensões $n \times 1$; B_0 é um vetor de constantes de dimensões $n \times 1$; B_i são matrizes de dimensões $n \times n$; B é uma matriz diagonal de dimensões $n \times n$ de desvios-padrão; e, ε_t é um vetor de dimensões $n \times 1$ de perturbações aleatórias não correlacionadas entre si contemporânea ou temporalmente, isto é, $\varepsilon_t \sim i.i.d(0; I_n)$, em que 0 é o vetor nulo e I , a matriz identidade.

Geralmente o modelo é estimado em sua forma reduzida, dada por:

$$X_t = A^{-1}B_0 + \sum_{i=1}^p A^{-1}B_i X_{t-i} + A^{-1}B \varepsilon_t = \Phi_0 + \sum_{i=1}^p \Phi_i X_{t-i} + e_t, \quad (3)$$

$$\text{onde } \Phi_i \equiv A^{-1}B_i, \quad i = 0, 1, \dots, p, \text{ e } B \varepsilon_t \equiv A e_t$$

O modelo VAR pode ser estimado por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), e, além de disponibilizar o valor e a significância dos parâmetros, ainda permite obter-se as funções de respostas ao impulso (FRI) e a decomposição da variância do erro de previsão (DV). As FRIs equivalem a mensuração dinâmica de quanto um choque de 1 desvio padrão em uma variável gera de variação na média das demais variáveis. Por sua vez, a DV aponta o quanto da variação no erro de previsão de uma das variáveis pode ser explicada pelas demais ao longo do tempo. A seção seguinte apresenta os resultados e discussões do modelo estimado.

6. Resultados e discussões

De modo a determinar a presença de raiz unitária nas variáveis do modelo, foram realizados os testes Dickey-Fuller Aumentado – ADF (Dickey & Fuller, 1981), Phillips-Perron – PP (Phillips & Perron, 1988) e Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin – KPSS (Kwiatkowski, Phillips, Schmidt & Shin, 1992). A defasagem dos testes foi obtida a partir do critério de informação de Schwarz (BIC) para o teste ADF e a partir do método de estimação espectral de *Barlett Kernel* com critério de seleção automático de *Newey-West Bandwidth* para os testes PP e KPSS.

Os testes ADF e PP possuem hipótese nula de que as séries possuem raiz unitária, enquanto o teste KPSS possui como hipótese nula a estacionariedade da variável testada. Para confirmar a ordem de integração das variáveis $I(1)$, os testes foram repetidos com as mesmas em primeira diferença. A análise de raiz unitária foi complementada pela análise

gráfica e pela verificação das funções de autocorrelação. Os resultados estão dispostos nas tabelas 7 e 8 abaixo.

Tabela 7 - Teste de raiz unitária para as variáveis em nível

Variáveis	ADF	K	PP	K	KPSS	K	Conclusão	Termos determinísticos
ICC	-5,242332**	0	-5,159838**	4	0,154878*	8	I(0)	Constante e tendência
IPIB	-1,231904	1	-1,899677	24	1,278257**	9	I(1)	Constante
ICAM	-2,07744	1	-1,920755	2	1,034213**	9	I(1)	Constante
ICCPM	-5,092163**	1	-8,837187**	7	0,436699	7	I(0)	Constante

Fonte: Elaboração com base nos dados da pesquisa.

Nota: 1) ** - Significativo a 1%, * - significativo a 5%; 2) K = Número de defasagens; 3) I = Indica que as variáveis estão expressas em logaritmos; 4) As defasagens ótimas para o teste ADF se basearam no critério de informação de Schwarz (BIC); 5) As defasagens ótimas para os testes PP e KPSS se basearam na estimação espectral de Barlett Kernel e o critério Newey-West Bandwidth; 6) Os testes apontaram para a existência de um termo de tendência determinística para a variável "ICC".

Tabela 8 - Teste de raiz unitária para as variáveis em primeira diferença

Variáveis	ADF	K	PP	K	KPSS	K	Conclusão	Termos determinísticos
D(IPIB)	-13,96725**	0	-16,22343**	16	0,24934	20	I(0)	Constante
D(ICAM)	-8,552461**	0	-8,424215**	6	0,101262	2	I(0)	Constante

Fonte: Elaboração com base nos dados da pesquisa.

Nota: 1) ** - Significativo a 1%, * - significativo a 5%; 2) K = Número de defasagens; 3) I = Indica que as variáveis estão expressas em logaritmos; 4) As defasagens ótimas para o teste ADF se basearam no critério de informação de Schwarz (BIC); 5) As defasagens ótimas para os testes PP e KPSS se basearam na estimação espectral de Barlett Kernel e o critério Newey-West Bandwidth; 6) D = indica que as variáveis estão em primeira diferença.

Em seguida foi testada a ordem de defasagem ótima através da metodologia dos modelos VAR para as variáveis em nível. Para tanto, foram utilizados os critérios da razão de verossimilhança (LR), do erro de previsão final (FPE), de Akaike (AIC), de Schwarz (SC) e de Hannan-Quinn (HQ). É importante ressaltar que a principal diferença entre esses critérios é o nível de penalidade imposta à adição de defasagens. Os resultados (tabela 9), apontam que os critérios SC e HQ sugeriram a utilização de 1 defasagem enquanto os o critério FPE e AIC sugeriram a utilização de 2 defasagens. Por sua vez o critério LR apontou para 5 defasagens.

Conforme observado nos testes de raiz unitária, as variáveis atendem o critério para co-integração de Campbell-Perron, qual seja: existem pelo menos duas das variáveis integradas de mesma ordem e na ordem de integração máxima, I(1). Dessa forma, é possível testar a cointegração a partir do procedimento de Johansen (1988). A presença de co-integração permite a utilização das variáveis em nível em um modelo vetorial de correção erros (VECM). Esse método possui duas vantagens em comparação a metodologia VAR: (i)

não há perda de informações devido à diferenciação das variáveis integradas; e (ii) possibilita investigar tanto as relações de longo prazo quando as de curto prazo entre as variáveis (Bueno, 2011).

Tabela 9 – Determinação do número de defasagens do modelo VAR (variáveis em nível)

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
1	-2236,748	NA	3,47E+12	40,22764	40,61600*	40,38521*
2	-2220,254	30,63179	3,45e+12*	40,21882*	40,99554	40,53396
3	-2207,307	23,11953	3,65E+12	40,27334	41,43841	40,74605
4	-2194,496	21,96166	3,88E+12	40,33029	41,88372	40,96056
5	-2178,234	26,71604*	3,89E+12	40,32561	42,2674	41,11345
6	-2163,861	22,58642	4,05E+12	40,35466	42,6848	41,30007
7	-2156,107	11,63166	4,77E+12	40,5019	43,2204	41,60489
8	-2137,757	26,21381	4,68E+12	40,45995	43,5668	41,7205

Fonte: Elaboração própria

Nota: 1) * Indica a ordem selecionada pelo critério; e, 2) LR = razão de verossimilhança (LR), FPE = erro de previsão final; AIC = Akaike, SC = Schwarz e HQ = Hannan-Quinn.

A presença de cointegração foi investigada a partir dos testes de traço e autovalor para defasagens de 1 a 5. Para as defasagens de 1 a 3 foram encontradas evidências de cointegração, porém os modelos VECM gerados com tais defasagens apresentaram problemas de autocorrelação e/ou heteroscedasticidade. Para as defasagens 4 e 5 não foram encontradas evidências de que as variáveis possuíam relações de cointegração. As tabelas 10 e 11 apresentam os testes de $\lambda_{\text{traço}}$ e $\lambda_{\text{autovalor}}$, respectivamente, para 5 defasagens. Concluiu-se pela inviabilidade da utilização de modelos VEC para o presente conjunto de dados.

Tabela 10 - Resultados do teste de traço

Hipótese Nula (H0)	Hipótese alternativa (H1)	$\lambda_{\text{traço}}$	$\lambda_{\text{traço}}$ (crítico)
$r = 0$	$r > 0$	43,97014	47,85613
$r \leq 1$	$r > 1$	20,40733	29,79707
$r \leq 2$	$r > 2$	7,147782	15,49471

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 11 - Resultados do teste de máximo autovalor

Hipótese Nula (H0)	Hipótese alternativa (H1)	$\lambda_{\text{autovalor}}$	$\lambda_{\text{autovalor}}$ (crítico)
$r = 0$	$r > 0$	23,56281	27,58434
$r \leq 1$	$r > 1$	13,25955	21,13162
$r \leq 2$	$r > 2$	6,746574	14,2646

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma repetiu-se o teste de defasagem ótima utilizando-se as variáveis PIB e CAM em primeira diferença, de modo que todas as variáveis sejam estacionárias (requisito necessário para os modelos VAR). Os resultados (tabela 12), apontam que os critérios FPE,

AIC, SC e HQ apontam para 1 defasagem enquanto a o critério LR indica 4 defasagens. Além da parcimônia imposta pelos critérios de informação, a escolha de defasagens levou em consideração a ausência de autocorrelação²⁶ e de heteroscedasticidade nos resíduos para todos os modelos avaliados. Assim, optou-se pela utilização de 4 defasagens, especificação na qual o modelo não apresenta nenhum desses problemas.

Testou-se ainda: (i) o padrão das raízes do polinômio característico; e (ii) a normalidade dos resíduos. O primeiro o teste apontou que todas as raízes inversas se encontram dentro do círculo unitário (gráfico 4). Dessa forma, o modelo VAR obedece às condições de estabilidade necessárias (BUENO, 2011). O segundo teste (Jarque-Bera multivariado) apontou para a não normalidade dos resíduos. Apesar de não corresponder a uma situação ideal, ressalta-se que há certo consenso na literatura acerca do modelo VAR de que a não normalidade dos resíduos não inviabiliza a análise do modelo especificado.

Tabela 12 – Determinação do número de defasagens do modelo VAR (CC e CCPM em nível, CAM e PIB em primeira diferença)

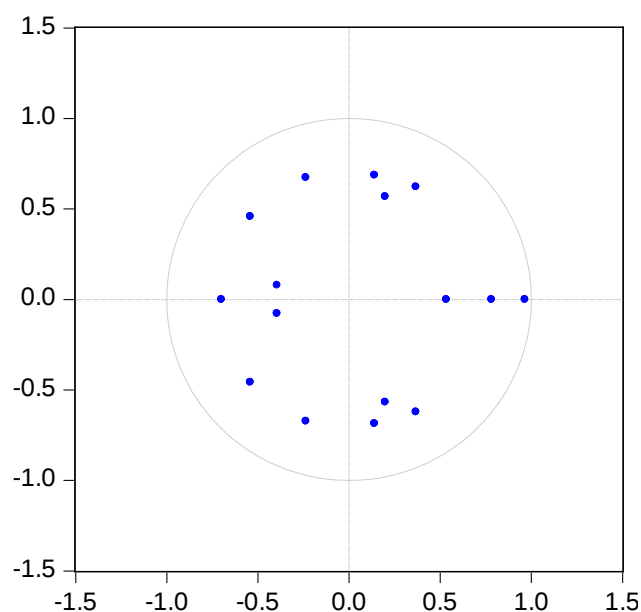
Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	412,866	NA	7,42E-09	-7,366954	-7,269314	-7,327344
1	516,8128	198,5291	1,52e-09*	-8,951582*	-8,463378*	-8,753532*
2	532,1836	28,24905	1,54E-09	-8,940245	-8,061479	-8,583756
3	543,5242	20,02487	1,68E-09	-8,856292	-7,586963	-8,341363
4	562,5534	32,22958*	1,60E-09	-8,910872	-7,25098	-8,237503
5	570,9773	13,66031	1,85E-09	-8,774365	-6,72391	-7,942556
6	578,823	12,1573	2,17E-09	-8,627441	-6,186422	-7,637192
7	589,9219	16,39847	2,42E-09	-8,539134	-5,707552	-7,390445
8	606,7126	23,59774	2,44E-09	-8,55338	-5,331236	-7,246252

Fonte: Elaboração própria

Nota: 1) * Indica a ordem selecionada pelo critério; e, 2) LR = razão de verossimilhança (LR), FPE = erro de previsão final; AIC = Akaike, SC = Schwarz e HQ = Hannan-Quinn.

²⁶ A autocorrelação nos resíduos foi testada a partir da estatística LM de autocorrelação de Breusch-Godfrey.

Gráfico 4 – Inverso das raízes unitárias do polinômio até VAR(4)



Fonte: Elaboração própria.

De modo a complementar a análise acerca dos efeitos cruzados entre as variáveis, foi realizado o teste de bloco-causalidade de Granger (tabela 13). O teste utiliza a estatística de Wald cuja a hipótese nula é: uma das variáveis dependente não Granger-causa outra variável dependente. Com relação à variável de interesse, nota-se que a variável D(IPIB) granger-causa ICC apenas a 10% de significância. Tomadas em conjunto todas as variáveis granger-causam ICC a 6,29%, portanto bem próximo do nível de significância de 5%. Nota-se que, no teste, D(ICAM) e ICCPM não sofrem influência de nenhuma das variáveis e que, conforme o esperado, o ICC granger-causa D(IPIB) ao nível de 1% de significância. A variável D(ICAM) somente granger-causa D(IPIB) a 10% de significância, e todas as variáveis em conjunto granger-causam D(IPIB) a 5%.

Tabela 13 – Bloco-causalidade de Granger

Não Granger Causa	Variável dependente			
	LOG(CC)	D(LOG(CAM))	LOG(CCPM)	D(LOG(PIB))
LOG(CC)	-	7,542002	2,982915	13,39281***
D(LOG(CAM))	3,767229	-	6,063551	8,229148*
LOG(CCPM)	6,794256	4,012913	-	5,787819
D(LOG(PIB))	8,179253*	7,431453	3,959238	-
Todos	20,22712*	14,96475	13,43588	23,97304**

Fonte: elaboração própria.

Nota: 1) *** Significativo a 1%, ** Significativo a 5%, * Significativo a 10%; 2) “Todos” indica o teste de causalidade para todas as demais variáveis em conjunto; 3) D = indica que as variáveis estão em primeira diferença; 4) l = indica que as variáveis estão expressas em logaritmos.

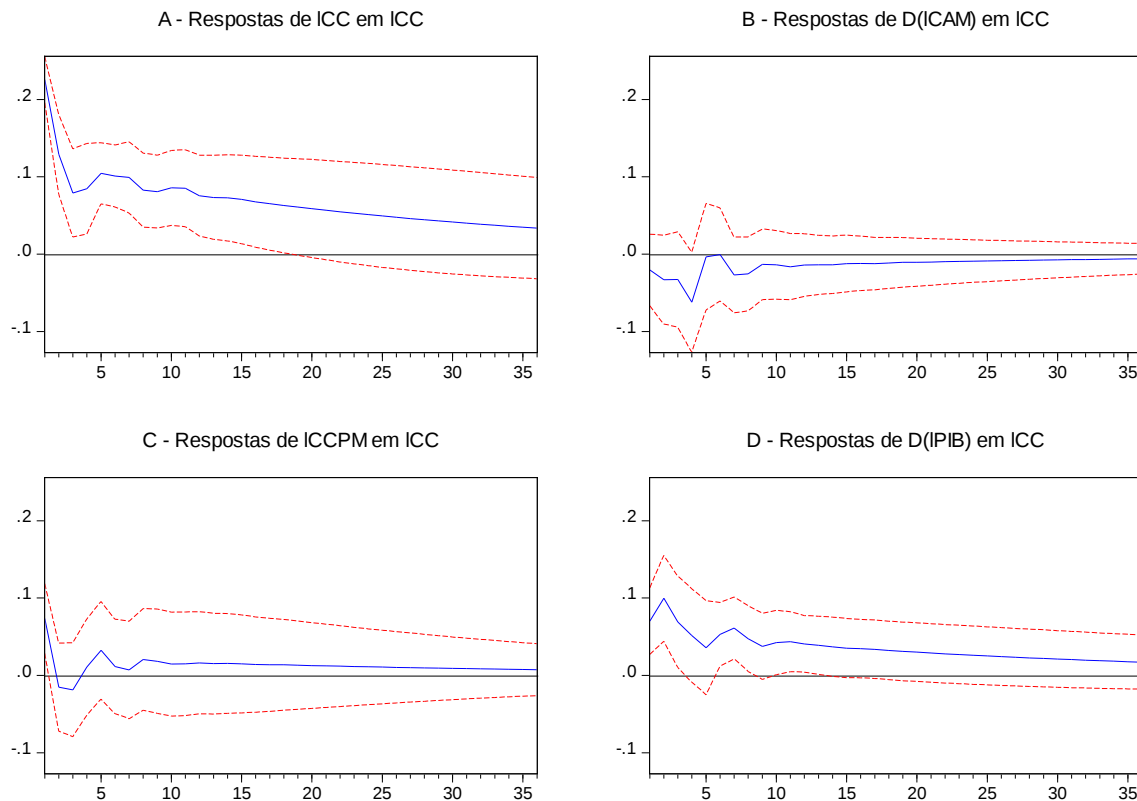
A tabela 14 apresenta os resultados do modelo VAR(4) estimado. Os coeficientes apontam que a importação de bens de luxo possui um componente autorregressivo com elasticidade de aproximadamente 0,57% para uma defasagem (significativo à 1%). Com relação à elasticidade câmbio das importações de luxo, nenhuma defasagem se mostrou significativa a pelo menos 5%. A importação se mostra bastante inelástica com relação ao preço, dado que um aumento de 1% no preço médio dos bens de luxo importados gera uma redução de aproximadamente 0,24% (significativo à 5%) no período seguinte. Por fim, o consumo de luxo importado se mostra extremamente elástico a flutuação do PIB real. Para a primeira defasagem, um aumento de 1% da renda gera um aumento de aproximadamente 3,85% (significante à 5%). Antes de se analisar esses resultados, serão examinadas as funções impulso resposta (FIR, gráfico 5 e 6) e da decomposição da variância (DV, tabela 16).

Tabela 14 – Coeficientes do Modelo VAR(4)

Variáveis Explicativas	ICC	D(ICAM)	ICCPM	D(IPIB)
ICC(-1)	0,57229*** (-0,10756)	0,019642 (-0,01405)	0,013104 (-0,11174)	0,008257 (-0,00683)
ICC(-2)	0,004356 (-0,12193)	-0,00551 (-0,01592)	-0,084599 (-0,12667)	-0,020555*** (-0,00774)
ICC(-3))	0,219699* (-0,12728)	-0,010983 (-0,01662)	0,192661 (-0,13223)	0,023867*** (-0,00808)
ICC (-4)	0,128468 (-0,11031)	0,012638 (-0,0144)	-0,154336 (-0,11459)	-0,007154 (-0,007)
D(ICAM(-1))	-0,486791 (-0,75407)	0,219558** (-0,09847)	0,119348 (-0,78339)	-0,10365*** (-0,04786)
D(ICAM(-2))	0,250964 (-0,79326)	-0,259263** (-0,10359)	1,211457 (-0,8241)	0,004872 (-0,05034)
D(ICAM(-3))	-0,869087 (-0,79986)	0,041733 (-0,10445)	-1,229318 (-0,83096)	-0,049288 (-0,05076)
D(ICAM(-4))	1,314898* (-0,7719)	-0,162552 (-0,1008)	1,529531* (-0,80191)	-0,027268 (-0,04899)
ICCPM(-1)	-0,237** (-0,09929)	0,003014 (-0,01297)	0,177238* (-0,10315)	-0,002195 (-0,0063)
ICCPM(-2)	0,004393 (-0,10552)	0,006213 (-0,01378)	0,18314* (-0,10962)	0,012012* (-0,0067)
ICCPM(-3)	0,050303 (-0,10454)	0,010001 (-0,01365)	-0,023963 (-0,1086)	-0,00715 (-0,00663)
ICCPM(-4)	0,102098 (-0,10153)	-0,026158** (-0,01326)	0,287723*** (-0,10548)	0,006904 (-0,00644)
D(IPIB(-1))	3,846271** (-1,61747)	-0,475156** (-0,21122)	0,969319 (-1,68035)	-0,313159*** (-0,10265)
D(IPIB(-2))	1,879098 (-1,7802)	-0,218136 (-0,23248)	0,830603 (-1,84941)	-0,251623** (-0,11298)
D(IPIB(-3))	1,017912 (-1,72233)	-0,391648 (-0,22492)	-1,545017 (-1,7893)	-0,155669 (-0,10931)
D(IPIB(-4))	-1,882216 (-1,54134)	-0,250681 (-0,20128)	-2,468693 (-1,60126)	-0,230336** (-0,09782)
C	0,424331 (-0,39922)	-0,024596 (-0,05213)	1,136222*** (-0,41474)	-0,029672 (-0,02534)

Fonte: Elaboração própria; Nota: 1) *** Significativo a 1%, ** Significativo a 5%, * Significativo a 10%; 2) D = indica que as variáveis estão em primeira diferença; 3) l = indica que as variáveis estão expressas em logaritmos; 4) desvio-padrão entre parênteses.

Gráfico 5 - Função de resposta ao impulso (1 d.p.) considerando os efeitos das demais variáveis sobre ICC, com decomposição de Cholesky



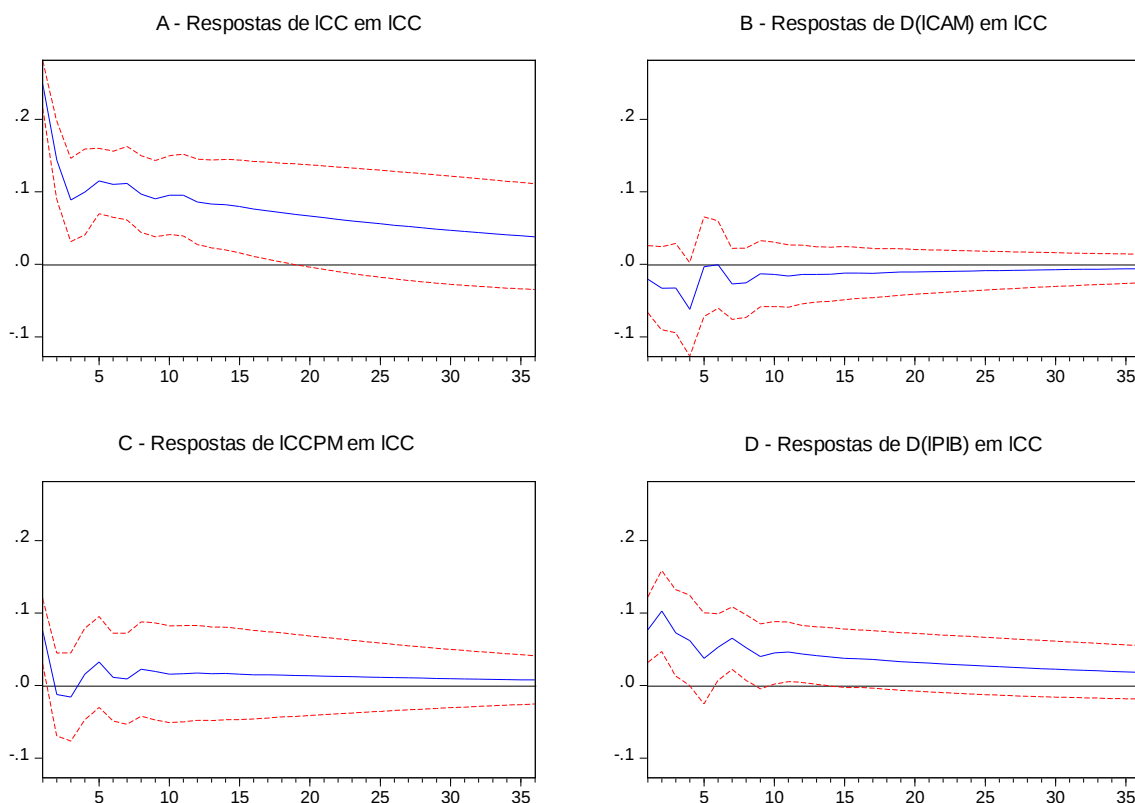
Fonte: elaboração própria

Nota: 1) D = indica que as variáveis estão em primeira diferença; 2) I = indica que as variáveis estão expressas em logaritmos.

É importante ressaltar que as FIRs e a decomposição de variância são bastante sensíveis à ordenação de causalidade contemporânea das variáveis (Monte, 2015). Isso ocorre pois na modelagem, é necessário impor restrições na matriz de relações contemporânea (matriz A , equação 2) de modo a torná-la uma matriz triangular inferior (processo denominado de decomposição de Cholesky). Para as FIRs (gráfico 5) e para a DV (tabela 15), o ordenamento de Cholesky, utilizado foi: D(ICAM), ICCPM, D(IPIB) e ICC. Isso quer dizer que a primeira variável (D(ICAM)) não é afetada contemporaneamente por nenhuma das demais, a segunda variável (ICCPM) é afetada somente pela primeira variável; a variável D(IPIB) é afetada pelas duas anteriores e o ICC é afetado por todas as demais.

Como experimento de robustez, foi utilizado o método de funções impulso resposta generalizadas (gráfico 6). Esse é insensível ao ordenamento de Cholesky, ou seja, a ordem das variáveis não influencia nas funções (Lütkepohl, 2006; Kobunda, Ramallete & Monte, 2021). Pode-se notar que ambas (FIR a partir da decomposição de Cholesky e FIR generalizada) apresentam comportamento muito próximo.

Gráfico 6 – Função de resposta ao impulso (1 d.p.) considerando os efeitos das demais variáveis sobre ICC, com função de impulso-resposta generalizada



Fonte: elaboração própria

Nota: 1) D = indica que as variáveis estão em primeira diferença; 2) l = indica que as variáveis estão expressas em logaritmos.

A análise das FIR aponta que os choques no câmbio (gráfico 5 – B) e no preço médio das importações (gráfico 5 – C) não geram efeitos significativos no comportamento das importações de luxo ao longo do tempo. Conforme esperado, e em consonância com os coeficientes do modelo, choques no PIB (gráfico 5 – D) geram efeitos positivos na importação de luxo com duração de aproximadamente 13 períodos (com exceção dos períodos 5 e 9, os quais apresentam resultados não significativos). Por fim, nota-se que a variável ICC possui um componente autorregressivo, dado que um choque positivo gera um aumento da importação de luxo por aproximadamente 18 meses.

Na análise da decomposição da variância (tabela 16) foi utilizada a mesma ordenação para a decomposição de Cholesky apontada para as FIRs. Nota-se que entre o primeiro e o décimo segundo mês, há uma redução do impacto autorregressivo da importação de luxo em seu próprio erro de previsão de 82.54% para 72%. Essa diminuição é acompanhada pelo aumento do peso relativo do câmbio – que aumenta levemente de 0,685% para 4,267% - e do PIB – que aumenta de 8% para 19,38%. Por sua vez, a importância do preço médio na

variância de ICC sofre redução de 8,77% para 4,35%. Dessa forma, há um lento decrescimento de 10% no peso um choque na própria importação de luxo, acompanhado por um aumento semelhante no peso de um choque na atividade econômica na variância em análise.

Tabela 16 – Decomposição da Variância para a variável ICC

Períodos	Erro Padrão	ICC	D(ICAM)	ICCPM	D(IPIB)
1	0,24	82,53 (-6,29)	0,68 (-2,26)	8,76 (-5,46)	8,00 (-4,80)
2	0,29	75,39 (-7,19)	1,69 (-3,30)	6,29 (-3,95)	16,62 (-6,91)
3	0,31	72,32 (-8,89)	2,53 (-4,00)	5,85 (-4,32)	19,28 (-7,99)
4	0,34	69,91 (-10,20)	5,54 (-5,71)	5,26 (-4,67)	19,28 (-8,08)
5	0,35	71,19 (-10,58)	4,98 (-5,67)	5,53 (-5,24)	18,28 (-8,01)
6	0,37	71,78 (-10,75)	4,52 (-5,58)	5,11 (-5,33)	18,57 (-7,85)
7	0,39	71,47 (-11,24)	4,57 (-5,78)	4,67 (-5,48)	19,27 (-7,99)
8	0,40	71,22 (-11,75)	4,68 (-6,06)	4,64 (-5,81)	19,44 (-8,16)
9	0,41	71,51 (-12,19)	4,55 (-6,15)	4,61 (-6,34)	19,31 (-8,30)
10	0,42	71,79 (-12,61)	4,42 (-6,22)	4,49 (-6,82)	19,29 (-8,44)
11	0,44	71,96 (-12,94)	4,33 (-6,33)	4,38 (-7,23)	19,31 (-8,51)
12	0,44	72,00 (-13,26)	4,26 (-6,45)	4,34 (-7,63)	19,38 (-8,58)

Fonte: elaboração própria

Nota: 1) D = indica que as variáveis estão em primeira diferença; 2) l = indica que as variáveis estão expressas em logaritmos; 3) valores entre parênteses representam os erros-padrão para 100 repetições de Monte Carlo.

Com base nos resultados acima, para o presente conjunto de dados não se pode rejeitar a hipótese 1 (hipótese Nurkse-Furtado), definida como: a importação de luxo possui alta elasticidade renda agregada. O modelo aponta que um aumento hipotético do PIB em 1% gera um aumento de 3,846% das importações de luxo no período seguinte. Pode-se notar que as IRFs mostram que o efeito de um choque de 1 d.p. no PIB gera um aumento duradouro de aproximadamente 13 meses. A DV corrobora os efeitos de longo prazo, dado que há um aumento progressivo da importância do PIB na variância da importação de luxo.

A alta elasticidade e os efeitos de longo prazo do PIB sobre a importação de luxo corroboram a preocupação de Nurkse (1951, 1952) acerca do *efeito demonstração internacional*, e

de Furtado (1971, 1974, 1991) acerca do *mimetismo cultural das elites*²⁷. Para os autores, as classes ricas dos países subdesenvolvidos tendem a emular os padrões de consumo dos países desenvolvidos. Em períodos de crescimento da renda, os agentes tendem a elevar significativamente seu consumo de luxo. Dado que a produção nacional de luxo possui uma dinâmica de longo prazo, essa não acompanha o aumento da demanda nacional. Essa passa a ser suprida pela importação, fato que tende a gerar fuga de capital, pressões na balança de pagamento e no câmbio, e redução da poupança e do investimento.

Deve-se ressaltar que, apesar da alta elasticidade renda das importações de luxo, em períodos de retração, dificilmente a redução drástica dessas importações geraria problemas econômicos sérios. Isso porque o modelo aponta para uma baixíssima elasticidade do PIB com relação às importações de luxo - aproximadamente -0,02% e 0,024% para as defasagens 2 e 3, respectivamente. Esse fato aponta para uma pequena participação do setor importador de luxo na geração de renda nacional. Além disso, o efeito inversamente proporcional para a segunda defasagem pode indicar um possível efeito de substituição das importações pela produção nacional de luxo.

Assim como ocorre com a hipótese 1, não se pode rejeitar a hipótese 2 (hipótese Veblen): a importação de bens de luxo possui baixa elasticidade preço médio. A análise dos coeficientes do modelo aponta que uma elevação de 1% no preço médio gera uma redução de 0,237% na importação de luxo para uma defasagem. Esse resultado corrobora a tese vebleniana de que, apesar do alto valor ser uma condição necessária aos bens conspícuos, seu consumo se deve principalmente ao componente habitual da demanda. Evidências desse componente habitual podem ser observados através dos (i) efeitos duradouros (19 meses) de um choque das importações nas próprias importações, observado na FIR (gráfico 5 – A), e (ii) da forte importância das importações de luxo na explicação de sua própria variância (tabela 16).

²⁷ A alta elasticidade renda consumo de luxo ainda pode ser interpretada como uma evidência da proposta de Mitchell (1913) acerca do caráter pró-cíclico do consumo conspícuo.

6. Considerações Finais

Esse artigo buscou suprir uma lacuna na literatura acerca do consumo conspícuo, qual seja: a ausência de dados, e, por consequência, de estudos empíricos quantitativos sobre o tema. Devido à complexidade acerca da interrelação entre as motivações individuais e interpessoais, assim como a impossibilidade de observação direta das motivações de consumo, foi necessária a utilização de uma proxy para o consumo conspícuo: a importação de bens de luxo. Para a construção da série foram utilizados os dados de importação da COMEX-STAT do MDIC, relativos aos anos de 2011 à 2020. Esses estão classificados de acordo com Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), classificação essa que possui o nível de desagregação suficiente para a inclusão precisa de bens que se enquadrem na categoria de luxo. A escolha das 295 categorias de bens de luxo foi realizada com base na literatura de Economia Posicional e de *Marketing*.

Ressalta-se que, pelos motivos apresentados ao longo do artigo, a série construída abstrai diversos setores importantes para o mercado nacional de luxo, quais sejam: imobiliário (residência principal, de férias e escritórios); de turismo (diárias em hotéis e passagens aéreas de primeira classe); gastronômico; de bebidas; de tabaco; de cirurgias cosméticas; de educação; moveleiro; de clubes; de eventos; e armamentista. Em resumo, pode-se apontar duas limitações da série construída: (i) a série contempla quase que exclusivamente a importação de bens finais; (ii) a série abstrai completamente os serviços relacionados ao setor do luxo (*consumo vicário*) e os gastos com manutenção. Assim, a série construída no presente trabalho deve ser considerada como um ponto de partida para a construção de um índice do consumo conspícuo no Brasil em estudos futuros. Em outras palavras, defende-se que o presente estudo representa um primeiro passo na modelagem empírica do consumo conspícuo no Brasil.

A partir da série de importação de luxo construída, utilizou-se a metodologia VAR para testar duas hipóteses: (i) a importação de bens de luxo possui alta elasticidade renda agregada (hipótese Nurkse-Furtado); e (ii) a importação de bens de luxo possui baixa elasticidade preço médio (hipótese Veblen). Não foi possível rejeitar nenhuma das duas hipóteses. A alta elasticidade e os efeitos de longo prazo do PIB sobre a importação de luxo corroboram a preocupação de Nurkse acerca do *efeito demonstração internacional*, e de Furtado acerca do *mimetismo cultural das elites*²⁸. Para os autores, ao emular os padrões de consumo dos

²⁸ A alta elasticidade renda consumo de luxo ainda pode ser interpretada como uma evidência da proposta de Mitchell (1913) acerca do caráter pró-cíclico do consumo conspícuo.

países desenvolvidos, os agentes econômicos dos países subdesenvolvidos geram uma série de problemas macroeconômicos, tais como: fuga de capital, pressões na balança de pagamentos e no câmbio, e redução da poupança e do investimento. Esses problemas tendem a se agravar em períodos de crescimento acelerado da renda. A não rejeição da segunda hipótese corrobora a tese vebleniana de que, apesar do alto valor ser uma condição necessária aos bens conspícuos, seu consumo se deve principalmente ao componente habitual da demanda.

Esses resultados apontam para os possíveis efeitos benéficos de uma política de tributação progressiva sobre bens de luxo, dado que: (i) devido a inelasticidade com relação ao preço médio, um aumento da carga tributária teria pouco efeito na redução da importação de luxo, ou seja, além de constituir fonte de receita pública, teria pouco efeito nas atividades econômicas ligadas a esse setor; (ii) caso um aumento tributário gere redução da importação, haveria um amortecimento da fuga de capitais e da pressão na balança comercial em períodos de aceleração do crescimento econômico; e (iii) caso um aumento tributário gere redução da importação, haveria um efeito baixo sobre a atividade econômica, dada a inelasticidade do PIB com relação à importação desse tipo de bem (pouca relevância do setor de importador de luxo na geração de renda nacional).

Por fim, ressalta-se a importância de que, em estudos futuros, sejam realizadas comparações entre as elasticidades de importação dos bens de luxo com outras categorias de bens, tais como: bens comuns de consumo final de maior ou menor tecnologia; bens intermediários; e bens de capital.

Referências

- Alpizar, F., Carlsson, F., & Johansson-Stenman, O. (2005). How much do we care about absolute versus relative income and consumption? *Journal of Economic Behavior and Organization*, 56(3), 405–421. DOI: 10.1016/j.jebo.2002.10.007
- Aronsson, T., & Johansson-Stenman, O. (2018). Paternalism against Veblen: Optimal taxation and non-respected preferences for social comparisons. *American Economic Journal: Economic Policy*, 10(1), 39–76. DOI: 10.1257/pol.20150369
- Azevedo, A. F. Z., & Portugal, M. S. (1998). Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda por importações. *Nova Economia*, 8(1), 37–63.
- Bueno, R. L. da S. (2011). *Econometria de séries temporais*. Cengage Learning.

- Camatta, R. B. (2023). *Consumo e taxação de bens conspícuos: Análise teórica e um estudo empírico sobre as importações brasileiras de 2011 a 2020*[Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo].
- Camatta, R. B., & Salles, A. O. T. (2022). Consumo e taxação de bens conspícuos na ciência econômica: Um debate entre a Escola Clássica, a Economia Institucional Original e John Maynard Keynes. *História Econômica & História de Empresas*, 25(2), 349–379. DOI: 10.29182/hehe.v25i2.821.
- Camatta, R. B., & Salles, A. O. T. (2024). Consequências macroeconômicas do consumo conspícuo: Efeito demonstração, mimetismo cultural, efeito dependência e os limites sociais para o crescimento econômico. *Nova Economia*, 34(1), 1–31. DOI: 10.1590/0103-6351/7897.
- Capitani, D. H. D., Miranda, S. H. G. de, & Martines Filho, J. G. (2011). Determinantes da demanda brasileira por importação de arroz do Mercosul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49(3), 545–572. DOI: 10.1590/S0103-20032011000300002.
- Carlsson, F., Johansson-Stenman, O., & Martinsson, P. (2007). Do you enjoy having more than others? Survey evidence of positional goods. *Economica*, 74(296), 586–598. DOI: 10.1111/j.1468-0335.2006.00571.x.
- Carvalho, A., & Parente, M. A. (1999). Estimação de equações de demanda de importações por categorias de uso para o Brasil (1978/1996). *Texto para Discussão nº 636*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Carvalho, T. da C., & Mesquita, J. M. C. da. (2009). Aspectos influentes da decisão de compra de bens de luxo: Estudo do comportamento do consumidor de alta renda de Belo Horizonte. *Revista Gestão and Tecnologia*, 9(2), 1–18. DOI: 10.20397/2177-6652/2009.v9i2.240.
- Castro, A. S. de, & Cavalcanti, M. A. F. H. (1997). Estimação de equações de exportação e importação para o Brasil - 1955/95. *Texto para Discussão nº 469*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Cavalcanti, M. A. F. H. (2010). Identificação de modelos VAR e causalidade de Granger: Uma nota de advertência. *Economia Aplicada*, 14(2), 251–260. DOI: 10.1590/S1413-80502010000200008.
- Diniz, C. (2012). *O mercado de luxo no Brasil*. Seoman.

- Diniz, C., Atwal, G., & Bryson, D. (2014). Understanding the Brazilian luxury consumer. In G. Atwal & D. Bryson (Eds.), *Luxury brands in emerging markets* (pp. 145–158). Palgrave Macmillan. DOI : 10.1057/9781137330536_2.
- Duesenberry, J. S. (1952). *Income, saving and the theory of consumer behavior*. Harvard University Press. (Original work published 1949)
- Filgueiras, A. P. A., Queiroz, C. T. M. de, & Silva, F. D. F. de. (2017). Mercado do luxo – Indicadores que favorecem o consumo do luxo no Brasil. Trabalho apresentado no 13º Colóquio de Moda, São Paulo, Brasil. Disponível em: co_5_MERCADO_DO_LUXO.pdf
- Frank, R. H. (1985). *Choosing the right pond: Human behavior and the quest for status*. Oxford University Press.
- Frank, R. H. (1999). *Luxury fever: Why money fails to satisfy in an era of excess*. The Free Press.
- Furtado, C. (1971). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Editora Nacional.
- Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra.
- Furtado, C. (1991). *Os ares do mundo*. Paz e Terra.
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2015). *Global Powers of Luxury Goods 2015: Engaging the future luxury consumer*. Disponível em: gx-cb-global-power-of-luxury-web.pdf
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2016). *Global Powers of Luxury Goods 2016: Disciplined innovation*. Disponível em: ch-en-cb-global-powers-of-luxury-goods-2016.pdf
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2017). *Global Powers of Luxury Goods 2017: The new luxury consumer*. Disponível em: gx-cip-global-powers-luxury-2017.pdf
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2018). *Global Powers of Luxury Goods 2018: Shaping the future of the luxury industry*. Disponível em: Deloitte Global Powers of Luxury Goods 2018
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2019). *Global Powers of Luxury Goods 2019: Bridging the gap between the old and the new*. Disponível em: Global-Powers-of-Luxury-Goods-abril-2019.pdf
- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2020). *Global Powers of Luxury Goods 2020: The new age of fashion and luxury*. Disponível em: at-global-powers-luxury-goods-2020.pdf

- Deloitte Touche Tohmatsu Limited. (2021). *Global Powers of Luxury Goods 2021: Breakthrough luxury*. Disponível em: [at-global-powers-of-luxury-goods-2021.pdf](#)
- Harrod, R. (1958). The possibility of economic satiety—Use of economic growth for improving the quality of education and leisure. In *Problems of United States Economic Development*(pp. 207–213). Committee for Economic Development.
- Heffetz, O. (2011). A test of conspicuous consumption: Visibility and income elasticities. *The Review of Economics and Statistics*, 93(4), 1101–1117. DOI: 10.1162/REST_a_00116.
- Hirsch, F. (2005). *Social limits to growth*. Taylor & Francis e-Library. (Original work published 1977)
- Hodgson, G. M. (1998). The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, 36(1), 166–192.
- Hoffman, J. (2014). Novel luxury: Made in Brazil. In G. Atwal & D. Bryson (Eds.), *Luxury brands in emerging markets* (pp. 159–170). Palgrave Macmillan. DOI : 10.1057/9781137330536_3.
- Johansen, S. (1988). Statistical analysis of cointegration vectors. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 12(2–3), 231–254.DOI: 10.1016/0165-1889(88)90041-3.
- Kawamoto, C. T., Santana, B. L., & Fonseca, H. (2013). Elasticidade renda e elasticidade preço das exportações e das importações de produtos industrializados no Brasil (2003–2010): Uma avaliação utilizando dados em painel. *Revista de Economia*, 39(2), 139–159.
- Kobunda, C. N., Ramallete, R. R., & Monte, E. Z. (2021). Os determinantes da inflação na República Democrática do Congo: Um estudo econométrico (2005–2015). *Revista de Economia*, 42(77), 116–141. DOI: 10.5380/re.v42i77.69673.
- Kwiatkowski, D., Phillips, P. C. B., Schmidt, P., & Shin, Y. (1992). Testing the null hypothesis of stationarity against the alternative of a unit root: How sure are we that economic time series have a unit root? *Journal of Econometrics*, 54(1–3), 159–178. DOI: 10.1016/0304-4076(92)90104-Y.
- Leamer, E., & Stern, R. (1970). *Quantitative international economics*. Allyn and Bacon.
- Lütkepohl, H. (2006). *New introduction to multiple time series analysis*. Springer.
- Mayhew, A. (2002). All consumption is conspicuous. In E. Fullbrook (Ed.), *Intersubjectivity in economics: Agents and structures* (pp. 27–35). Routledge.

- Ministério da Economia / Câmara de Comércio Exterior / Comitê-Executivo de Gestão. (2021). Resolução GECEX nº 288, de 21 de dezembro de 2021. Brasília. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-gecex-n-288-de-21-de-dezembro-de-2021-368506752> > Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.
- Ministério da Economia / Câmara de Comércio Exterior / Comitê-Executivo de Gestão. (2022). Resolução GECEX nº 310, de 24 de fevereiro de 2022. Brasília. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-gecex-n-310-de-24-de-fevereiro-de-2022-386249990> >. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.
- Mitchell, W. C. (1913). *Business cycles*. Berkeley: University of California Press.
- Monte, E. Z. (2015). Influência da taxa de câmbio e da renda mundial nas exportações do Estado do Espírito Santo. *Análise Econômica*, 33(63), 301–323. DOI: 10.22456/2176-5456.31840.
- Morais, I. A. C., & Portugal, M. S. (2005). A Markov switching model for the Brazilian demand for imports: Analyzing the import substitution process in Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, 25(2), 173–219. DOI: 10.12660/bre.v25n22005.2504.
- Nurkse, R. (1952). Some international aspects of the problem of economic development. *The American Economic Review*, 42(2), 571–583.
- Nurkse, R. (1953). *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Oxford: Basil Blackwell.
- Osaki, M. (2003). *Determinantes da oferta e da demanda por cebola argentina no Brasil nos anos 1990*(Dissertação de mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- Phillips, P. C. B., & Perron, P. (1988). Testing for unit roots in time series regression. *Biometrika*, 75(2), 335–346. DOI: 10.1093/biomet/75.2.335.
- Poerschke, R. P., & Moraes, I. A. C. (2014). Determinantes da demanda brasileira por importação de arroz: Uma abordagem não linear. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 177–194. DOI: 10.1590/S0103-20032014000100010.
- Portugal, M. S. (1992). Um modelo de correção de erros para a demanda por importações brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 22(3), 501–540.
- Resende, M. F. C. (2000). Crescimento econômico, disponibilidade de divisas e importações totais e por categoria de uso no Brasil: Um modelo de correção de erros. *Texto para discussão nº 714*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

- Resende, M. F. C. (2001). Crescimento econômico, disponibilidade de divisas e importações no Brasil: Um modelo de correção de erros. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 31(2), 289–330.
- Salles, A. O. T., & Camatta, R. B. (2020). A interpretação marginalista do consumo conspícuo: Inconsistências e limitações da síntese neoclássica da teoria da classe ociosa. *Economia e Sociedade*, 29(1), 237–271. DOI: 10.1590/1982-3533.2020v29n1art09.
- Santos, A. M. A., Tejada, C. A. O., & Jacinto, P. A. (2017). Determinantes econômicos da demanda por importações de produtos farmoquímicos e farmacêuticos. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(9). DOI: 10.1590/0102-311X00123416.
- Santos, D. F., & Barros, G. S. A. C. (2006). Importações brasileiras de leite: Impactos micro e macroeconômicos. *Economia Aplicada*, 10(4), 541–559. DOI: 10.1590/S1413-80502006000400004.
- Siscomex. (2023). *NCM Online*. Disponível em: <<https://www.gov.br/siscomex/pt-br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.
- Skiendziel, A. G. L. (2008). *Estimativas de elasticidades de oferta e demanda de exportações e de importações brasileiras* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília.
- Solnick, S. J., & Hemenway, D. (1998). Is more always better?: A survey on positional concerns. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 37(3), 373–383. DOI: 10.1016/S0167-2681(98)00089-4.
- Solnick, S. J., & Hemenway, D. (2005). Are positional concerns stronger in some domains than in others? *American Economic Review*, 95(2), 147–151. DOI: 10.1016/0.1257/000282805774669925.
- Strehlau, S. (2008). *Marketing do luxo*. São Paulo: Cengage Learning.
- Teixeira, F. O., Missio, F., & Dathein, R. (2023). Income elasticity of imports and external constraint in periods of commodity export boom: Evidence for the Brazilian economy. *Desarrollo Económico: Revista de Ciencias Sociales*, 62(238), 113–141. DOI: 10.59339/de.v62i238.533.
- Todorova, Z. (2013). Conspicuous consumption as routine expenditure and its place in the social provisioning process. *American Journal of Economics and Sociology*, 72(5), 1198–1204. DOI:10.1111/ajes.12039.

Veblen, T. B. (2007). *The theory of the leisure class*. Oxford: Oxford University Press. (Original work published 1899)

Zini Jr., A. A. (1988). Funções de exportação e de importação para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 18(3), 615–631.